

Ajuste agora pode dar certo

272

São Paulo — O ajuste fiscal que está sendo proposto pelo governo tem mais chance de dar certo do que aquele anunciado no final do ano passado, logo após a explosão da crise asiática. Essa avaliação é feita em estudo desenvolvido pelo Lloyds Bank, que considera melhor a conjuntura atual, principalmente porque agora "a disposição do governo federal para realizar o ajuste é perceptível."

Entre os outros motivos, o estudo mostra que também ajudarão a implementação do ajuste fiscal pelo menos seis fatores. A reforma administrativa, que não tinha sido aprovada em 1997, está para ser regulamentada e implementada. A reforma previdenciária, apesar de não ser a ideal, deve ter seus últimos três pontos aprovados ainda

este ano, com resultados crescentes ao longo do tempo.

Ao contrário de 1997, que precedia a um ano eleitoral muito importante, não existem eleições relevantes nos próximos anos. Desta vez, o ajuste proposto deverá ter a supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos internacionais, o que aumenta a pressão para a realização das metas traçadas. Além disso, o susto com a instabilidade dos mercados mundiais sugere que não se pode desconsiderar as demandas dos mercados pela melhora nos fundamentos econômicos do País.

Finalmente, a inviabilização do ajuste fiscal pode tornar muito mais difícil a governabilidade. Para FHC é menos ruim peder popularidade em 99 do que ter quatro anos

de dificuldades. Segundo o estudo do Lloyds Bank "muito provavelmente o ajuste mais difícil será o do primeiro ano, pelas maiores dificuldades de implementação das medidas e pela contração do nível de atividade que se espera para 99, com impacto negativo sobre as receitas fiscais.

Diz também que as eventuais dúvidas do mercado em relação ao sucesso do plano devem ser superadas ao longo do tempo, na medida em que os progressos e resultados sejam divulgados. "E nesse sentido, o aporte provável de recursos do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e países desenvolvidos será muito bem-vindo e útil para manter os mercados tranquilos", salientou o estudo.

IMPACTO DO AJUSTE NA ECONOMIA

■ Déficit público nominal deve ceder dos prováveis 8% do PIB em 1998 para algo próximo a 4% em 1999

■ Inflação continua sob controle, muito próxima à taxa deste ano, ao redor de zero, especialmente com a provável desaceleração econômica

■ A queda dos juros tem que ser a mais rápida possível, na medida em que a percepção do mercado seja positiva em relação ao sucesso das propostas (média dos juros próxima a 18% ou 19% contra os esperados 26% ou 27% este ano)

■ Os números da balança comercial e contas correntes melhoram expressivamente com a queda da

atividade econômica e a desvalorização cambial perto de oito pontos acima da inflação interna

■ Fluxo de capitais: o Brasil tem uma saída potencial de recursos da ordem de US\$ 60 bilhões (contas correntes, maiores vencimentos de eurobonds, bradias, 63 caipira, pagamento de financiamentos de importações e etc). Essa saída deverá ser coberta com privatizações, outros investimentos diretos, rolagens de parte dos vencimentos, novas captações, à medida que a situação se acalme

■ Reservas externas: podem se manter estáveis ou ter leve crescimento, se o ajuste for bem

aceito, ficando ao redor de US\$ 45 a US\$ 50 bilhões.

■ Atividade econômica: negativamente afetada, especialmente nos primeiros meses do próximo ano. Crescimento negativo do PIB de até 1% em 99

■ Taxa de desemprego: pode chegar a dois dígitos (10% ou 11%) no ano que vem. A taxa prevista para este ano está ao redor de 7,5% a 8%

■ O sucesso do ajuste fiscal pode reduzir a popularidade do presidente FHC nos momentos mais difíceis dos efeitos do ajuste. A recuperação poderá vir ao longo do tempo, quando a economia voltar a crescer